

**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 04
01/05/04 - 07/05/04**

Brasil e ampliação da União Européia

O chanceler brasileiro, Celso Amorim, declarou acreditar que um acordo entre o Mercosul e a União Européia seja concretizado até outubro deste ano. No entanto, afirmou o ministro que as negociações passam por um momento delicado, uma vez que o bloco europeu acaba de passar por uma ampliação. O Brasil entrou com um pedido de consulta na Organização Mundial do Comércio (OMC), dando início à negociação de compensações a possíveis perdas que poderá sofrer com a expansão UE. Fontes do governo brasileiro disseram que a preocupação com o fato está relacionada basicamente a produtos agrícolas. Apesar da garantia dada por autoridades européias do setor de comércio internacional de que, mesmo com o ingresso de dez países na UE, o comércio será mantido tal como está, o Itamaraty optou por adotar uma postura preventiva e continuar com as consultas sobre os possíveis impactos que a ampliação do bloco europeu causará. Alguns especialistas brasileiros na área de comércio exterior acreditam que o país poderá se beneficiar com a ampliação do bloco, uma vez que todos os países terão que adotar a Tarifa Aduaneira Comum da União Européia, cujas alíquotas são menores. (O Estado de S. Paulo – Economia – 01/05/04; O Estado de S. Paulo – Internacional – 01/05/04; O Globo – Economia – 01/05/04).

Força brasileira deve partir em junho para o Haiti

Nesta semana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhará ao Congresso a proposta que deverá conter um pedido de suplementação orçamentária de R\$ 140 milhões, relacionada ao envio de 1200 militares homens das Forças Armadas para comandar a Força de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti. O Conselho de Segurança da ONU decidiu que a missão de paz liderada pelo Brasil deverá embarcar rumo ao Haiti em 1º de junho. A missão, atualmente conduzida pelos Estados Unidos, tem a tarefa de devolver a estabilidade ao país e recuperar os estragos causados pelos conflitos que levaram à deposição do presidente Jean-Bertran Aristide. Para altos diplomatas da França, a participação do Brasil será decisiva para a candidatura do país a um assento permanente no Conselho de Segurança. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, desmentiu que o Brasil seria afastado, pela própria ONU, da liderança da força de paz, e acrescentou que o governo brasileiro quer um maior engajamento, de longo prazo, das nações par uma reconstrução consistente do Haiti, para que o país não volte a ter, de novo, outras crises. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 02/05/04, O Estado de S. Paulo – Internacional – 05/05/04; O Estado de S. Paulo – Internacional – 07/05/04; O Globo – O Mundo – 02/05/04).

Combate a tráfico de armamentos terá relatório

Ao final do Seminário Internacional de Armas, organizado pelo governo do estado do Rio de Janeiro e pelas Nações Unidas, começou a ser elaborado um relatório sobre sugestões e diretrizes de trabalho no combate ao tráfico de armas. O representante do Ministério das Relações Exteriores, Mauro Azeredo, fez um discurso de encerramento do seminário, frisando a importância da integração das forças de segurança pública no combate ao tráfico de armas. (O Globo – Rio – 01/05/04).

Discussão sobre temas da Rodada de Doha é antecipada

Nos dois dias anteriores à reportagem do *Estado de S. Paulo*, aconteceu em Londres uma reunião que contava com as presenças do chanceler brasileiro, Celso Amorim, do Representante para o comércio dos Estados Unidos, Robert Zoellick, do comissário europeu do Comércio, Pascal Lamy e dos ministros do Comércio da África do Sul e do Quênia. O objetivo principal do encontro foi discutir formas de superar o impasse nas negociações da rodada multilateral de Doha, e a pauta do encontro foi dominada pelos temas agrícolas. Segundo Amorim, a reunião foi muito construtiva e todos os participantes concordaram que as negociações devem ser intensificadas para que até julho seja possível estabelecer as diferentes modalidades da rodada da Organização Mundial do Comércio (OMC). "Não houve negociação. Não houve nenhuma tentativa de rabiscar uma solução", disse o chanceler. "Na reunião deste sábado, que durou cinco horas, fizemos esclarecimentos mais técnicos do que políticos". (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 01/05/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 02/05/04).

G-20 partirá para a ofensiva

O grupo dos países emergentes (G-20) preparou, para o final de semana (07 e 08/05), uma conferência para a imprensa internacional com o objetivo de criticar as propostas de norte-americanos e europeus de acesso aos seus mercados agrícolas. A decisão de tornar pública a insatisfação dos países emergentes ocorreu a partir da conclusão de que no jantar ocorrido em Londres, onde participaram os ministros dos EUA, da África do Sul, do Quênia e o representante da União Européia (UE), não se conseguiu sair do impasse. Amorim declarou que no jantar "não houve negociação [...], nenhuma tentativa de rabiscar uma solução" para o impasse na Rodada Doha, e que foram feitos apenas "esclarecimentos mais técnicos do que políticos". Os representantes do Brasil se reuniram posteriormente com os outros membros do G-20 para relatar o que ocorreu no jantar. E a mensagem que eles deram foi de que não há, por parte de EUA e UE, vontade em mudar as suas posições referentes à liberalização de seus mercados

agrícolas. O chanceler, Celso Amorim, representará o Brasil e o G-20 numa reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) que visa encontrar uma saída para superar o impasse nas negociações da Rodada Doha. Esta reunião contará com alguns países e será realizada em Paris no próximo dia 14. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 01/05/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 02/05/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 06/05/04).

Ministra pede cooperação dos países quanto ao racionamento energético

O racionamento de energia na Argentina afeta o Brasil. Segundo a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, que participa da Offshore Technology Conference (OTC), em Houston, desde segunda-feira, dia 03, a Argentina cortou os 2,5 milhões de metros cúbicos de gás que fornece diariamente ao Brasil e ainda não sinalizou quando retomar o abastecimento. Com o corte, a termelétrica de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, teve sua operação interrompida, o que pode afetar, a médio prazo, o abastecimento de energia elétrica na região. Segundo a secretária de petróleo e gás do ministério de Minas e Energia, Maria das Graças Foster, o nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas ainda é suficiente para garantir o abastecimento do sistema interligado nacional, mas não se pode prever por quanto tempo a situação pode se manter sob controle. Segundo a ministra, o sul do continente vive uma situação energética delicada e, mais do que nunca, é hora de trabalhar pela integração energética do Brasil, Chile, Bolívia e Argentina. Além disso, o Brasil poderá atuar como mediador no conflito existente entre Argentina e Chile por conta do corte das exportações argentinas de gás para os chilenos. Antes do Brasil, a OMC (Organização Mundial do Comércio) será chamada a mediar o caso. O Brasil, portanto, seria uma segunda opção para a arbitragem pela relação mais próxima que tem com ambos os países. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 03/05/04; O Globo – Economia – 03/05/04).

Brasil é o segundo em queixas contra os EUA

O Brasil foi o segundo país que mais questionou as políticas comerciais dos Estados Unidos durante o governo do então presidente George W. Bush. O país abriu cinco casos contra a Casa Branca desde o início do mandato do presidente republicano. O número de casos é superado apenas pelo Canadá, que tem um comércio com os EUA de, pelo menos, US\$ 1 bilhão ao dia. O Itamaraty confirmou a existência desses casos e afirmou que até o presente momento, o governo brasileiro não sofreu nenhuma derrota durante o mandato Bush. Em relação à última vitória brasileira na questão dos subsídios oferecidos ao algodão, o *New York Times* afirmou que foi o "lobby" dos empresários rurais do Brasil, principalmente dos produtores de soja, que ajudou o país a vencer os EUA na Organização Mundial do Comércio (OMC). (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 04/05/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 03/05/04).

FMI defende economia brasileira

Em sua primeira declaração pública no Brasil, Philip Gerson, o chefe da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) no Brasil, considerou que a economia brasileira “vai bem” e que o movimento que afetou os preços dos ativos brasileiros no mercado internacional é normal. Afirmou ainda que o Brasil está numa posição forte para responder a qualquer choque internacional e pediu serenidade ao mercado financeiro ao olhar a economia do país. A missão do FMI chegou no último dia 03 em Brasília para fazer a segunda revisão do acordo assinado em 2003 e analisar os indicadores econômicos e as perspectivas para o restante do corrente ano. Apesar de não ser o foco da reunião, o governo pretende organizar um plano de trabalho com a missão para a montagem do projeto piloto que visa a exclusão do investimento em infra-estrutura do cálculo de superávit primário das contas públicas. A intenção é definir uma data para a chegada de uma outra missão do FMI, com técnicos do Departamento Fiscal, que negociará o projeto piloto. No entanto, para o chefe da missão, embora isso seja útil, ainda é cedo para definir o projeto. Em relação às metas acertadas, tendo o governo cumprido o proposto, os técnicos do Fundo recomendaram a aprovação da revisão à diretoria do FMI. Com isso, o Brasil poderá sacar US\$ 1,3 bilhão do Fundo, mas segundo Joaquim Levy, secretário do Tesouro Nacional, o governo já decidiu não efetuar o saque. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 03/05/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 05/05/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 07/05/04; O Globo – Economia – 03/05/04; O Globo – Economia – 07/05/04 O Estado de S. Paulo – Economia – 04/05/04, O Estado de S. Paulo – Economia – 05/05/04).

Mercosul e UE tentam superar impasse

Os negociadores do Mercosul e da União Européia (UE) se reuniram esta semana em Bruxelas, na tentativa de destrava o impasse nas negociações de um acordo de livre-comércio entre os dois blocos. O primeiro dia da reunião do Comitê de Negociações Birregional entre Mercosul e União Européia foi marcado por versões contraditórias. De um lado, os diplomatas brasileiros afirmam que o Mercosul já apresentou formalmente uma proposta melhorada de acesso a seus mercados, mas os europeus estão revelando gradualmente sua proposta para o setor agrícola, o que impossibilita um avanço mais rápido das negociações. A Comissão Européia, órgão executivo da União Européia, por sua vez, garante que o Mercosul também ainda não apresentou sua oferta completa. Segundo as autoridades de Bruxelas, os dois lados, mas principalmente o Mercosul, precisam melhorar suas concessões. Segundo cálculos do Ministério da Agricultura e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), as propostas de acesso a mercado dos produtos agrícolas do Mercosul apresentadas até agora pela UE têm o potencial de elevar as exportações do bloco sul-americano em cerca de US\$1,7 bilhões. A intenção reafirmada ontem pelos dois blocos ainda é de anunciar um acordo até a reunião de cúpula UE e América Latina, que ocorrerá no fim de maio

em Guadalajara no México. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 04/05/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 03/05/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 04/05/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 05/05/04; O Globo – Economia – 03/05/04).

UE amplia sua oferta agrícola e pressiona o Mercosul

A União Européia (UE) ofereceu o correspondente a 1 bilhão de euros a mais em exportações para o Mercosul, que viriam dos Produtos Agrícolas Processados (PAPs). Esta oferta vem se somar a duas outras, já feitas pelos europeus, na área agrícola: uma de 90 produtos que terão preferência tarifária e outra de 60 produtos, cujo prazo de supressão das tarifas passou de “indefinido” para no máximo de 10 anos. Os europeus demonstram estar chegando ao limite de suas concessões, e pedem ao Mercosul mais ofertas nas áreas de compras governamentais e investimentos. O Mercosul reagiu, defendendo que os europeus estariam superestimando o cálculo de sua oferta, uma vez que, para se concretizar o acesso dos países do Mercosul ao mercado europeu, será preciso investir em produção, marketing e pesquisa do mercado consumidor europeu, caracterizando assim uma desvantagem para o bloco sul-americano. Segundo Alberto Navarro, embaixador da UE no Brasil, a resistência brasileira em liberalizar o setor de compras governamentais impede que os consumidores brasileiros sejam favorecidos pelas vantagens do acordo, que seriam a redução dos gastos dos governos e da corrupção, e a abertura de novos mercados para exportações brasileiras. O Governo brasileiro classifica as compras governamentais como um elemento de política industrial a ser protegido. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 06/05/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 07/05/04; O Estado de S. Paulo – Economia - 07/05/04).

Estados Unidos acusam Brasil de não reprimir pirataria

O Escritório de Comércio da Casa Branca (USTR) denunciou o Brasil por pirataria desenfreada e falta de coação aos que violam os direitos de propriedade intelectual, afirmando que no ano passado isso causou uma perda de mais de US\$ 785 milhões à indústria dos Estados Unidos. Diante disso, o USTR decidiu manter o Brasil em sua “lista de vigilância prioritária”, acenando com a possibilidade de impetrar ações contra o país na Organização Mundial do Comércio (OMC), ou mesmo de adotar sanções unilaterais. O documento destaca que foram tomadas algumas precauções legais no Brasil em relação à pirataria, mas acrescenta que a aplicação das leis é falha. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, rebateu a acusação dos Estados Unidos sobre a pirataria no Brasil. Disse o chanceler brasileiro que “o problema da pirataria é grave”, mas que ela acontece no “mundo inteiro”, inclusive nos EUA. Por isso, não vê nisso motivo para sanção comercial, e nem acredita que este país a



promoverá. Segundo Amorim, o Brasil faz o possível para coibir a pirataria, mas é um país com recursos muito limitados e que enfrenta muitos problemas. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 04/05/04; O Globo – Economia – 04/05/04).

Brasil somente tratará do Protocolo Adicional do TNP em 2005

O Ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, disse na última segunda-feira, dia 03, que o governo somente tratará do protocolo adicional de inspeção da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) após a VI Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação de Armas nucleares, em junho de 2005. O protocolo adicional prevê o acesso irrestrito à fábrica de enriquecimento de urânio das indústrias nucleares do Brasil e também à centrífuga desenvolvida pela Marinha brasileira. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 04/05/04).

América Latina aprova nomeação de Rato para o FMI

Na América Latina, os países que mantêm acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) receberam com satisfação a nomeação de Rato para chefiar o órgão. O ministro Antonio Palocci Filho elogiou a escolha do ex-ministro da Economia da Espanha, Rodrigo Rato, afirmando que este "demonstrou na sua atividade governamental grande capacidade de lidar com a temática das finanças internacionais e uma visão aberta". Segundo ele, o Brasil, que apoiou a indicação, cumprimenta a direção do Fundo pela decisão. O novo diretor-gerente do FMI disse que a mudança proposta pelo Brasil de flexibilizar o cálculo do superávit, excluindo os gastos em infra-estrutura, não deve tirar a credibilidade do Orçamento do país. O governo brasileiro lançará um projeto-piloto, até julho, em que os investimentos com infra-estrutura não serão incluídos como gastos no cálculo das metas fiscais. Rato afirmou que o FMI está trabalhando junto com o Brasil nesse projeto. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 04/05/04, Folha de S. Paulo – Dinheiro – 05/05/04).

México supera Brasil em atratividade de investimentos

Segundo conclusões de pesquisa da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) o México é o primeiro país da América Latina citado pelos empresários mundiais quando se fala de expectativas de investimentos diretos. O Brasil vem em segundo lugar, empatado com o Chile. O levantamento mostrou também que os setores que devem atrair um maior volume de investimentos na América Latina são os de mineração, petróleo e agricultura, que têm tido forte destaque na balança comercial brasileira. Outros segmentos, como a indústria têxtil, de bebidas, química e alimentícia

também entram na lista, mas com menor ênfase. Os entrevistados minimizaram o potencial de atração de investimento da indústria primária. A pesquisa mostra ainda que, dos investimentos previstos para a América Latina, 80% virão de operações de fusões e aquisições que deverão dominar os investimentos da região. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 05/05/04).

Estados Unidos descartam acordo com o Mercosul

O secretário de Comércio dos Estados Unidos, Don Evans, descartou ontem a possibilidade de seu país negociar um acordo bilateral com o Mercosul, como os que já fechou com o Chile, América Central e negociará com Colômbia, Peru e Equador. Segundo ele, o governo americano prefere que as conversas com o Mercosul se refiram especificamente à remoção de obstáculos à criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Além disso, pressionou os executivos das corporações americanas a serem agressivos na criação de empregos e investimentos na América Latina, uma vez que, segundo ele, muita gente vive abaixo da linha de pobreza na região. Ele pediu que as empresas façam lobby em favor da ALCA, tanto junto aos governos dos países onde elas têm negócios, quanto no próprio Congresso dos Estados Unidos, que precisa aprovar a criação da área. (O Globo – Economia – 05/05/04).

Fernando Henrique critica a política externa de Lula

Durante uma palestra sobre política internacional o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso fez várias críticas à política externa do atual governo. Segundo o ex-presidente, o governo Lula confunde independência e isolamento na condução dos assuntos externos. Defendeu Cardoso que as prioridades externas devem ser a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), a Europa, o Mercosul e a China. Apoiou ainda a aproximação do governo brasileiro com os países da África e do Oriente Médio ressaltando, no entanto, que este não deve ser o eixo principal das relações exteriores do Brasil. A resistência de Lula à ALCA foi refutada pelo ex-presidente, que declarou que o fracasso desta será ruim para o Brasil. Fernando Henrique afirmou ser de grande importância que o país participe da reforma das instituições internacionais e da formação de um novo pacto entre as nações. Segundo ele, o governo “não deve fazer de todos os conflitos em ideologia, porque se cairmos na retórica, poderemos nos tornar irrelevantes”. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/05/04).

Brasil e Suíça firmarão acordo de cooperação judicial

O ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, e o ministro suíço Christoph Blocher, assinarão um acordo de cooperação judicial que facilitará as investigações de lavagem de dinheiro, desvio ilegal de recursos públicos, quebra de sigilo bancário e a repatriação de fundos que saíram ilegalmente do Brasil. O acordo também auxiliará os brasileiros e suíços na resolução de problemas como os de sucessão, divórcio, adoção e gestão de propriedades. (Folha de S. Paulo – Brasil – 07/05/04).

Mercosul, Bolívia e Chile combaterão a AIDS nas regiões fronteiriças

O Mercosul, juntamente com a Bolívia e o Chile, adotarão estratégia comum para combater a AIDS nas suas fronteiras. (O Estado de S. Paulo – Geral – 07/05/04).